

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021





SUMÁRIO

Estrutura
Administrativa

01

Mensagem
do Conselho

05

Planejamento
Estratégico

06

Relatório
de Atividades

08

Demonstrações
Contábeis

17

Relatório do Auditor
Independente

52

Parecer
do Conselho Fiscal

56

Expediente

58

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA



SICOOB CRED COPERCANA

SICOOB CRED COPERCANA COOPERATIVA DE CRÉDITO

Fundada em 1989

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MANOEL SÉRGIO SICCHIERI
LUIS RICARDO MELONI
ADEMIR JOSÉ CAROTA
ADILSON ERNESTO SVERZUT
ALEXANDRE VANZELLA MORAIS
ELISANGELA CARLA ROSSINI
MARCO ANTONIO SARNI

DIRETORIA EXECUTIVA

ANA PAULA ZANCHETTA | **Diretora de Negócios**

CARLOS HENRIQUE BONIFÁCIO DA SILVA | **Diretor Administrativo**

CONSELHO FISCAL

EFETIVO

JULIANO BORTOLOTTI
JULIANO DOS SANTOS BOMFIM
JULIO GUSTAVO BURIN

SUPLENTE

FLÁVIO ARIEL TOMAZINI
ALMIR APARECIDO TORCATO

MENSAGEM CONSELHO ADMINISTRATIVO



2021, mesmo em meio a pandemia da Covid-19, foi um ano de excelentes resultados para a Sicoob Cred Copercana. E, como em toda cooperativa deve ser, estamos falando de resultados econômicos e sociais.

No campo econômico, compartilhamos com vocês associados, donos da cooperativa, um resultado de R\$ 1,385 milhões, antes dos juros ao capital e das destinações estatutárias. Deste valor, R\$ 944 mil já retornaram aos associados, no último dia útil de 2021, na forma de juros sobre o capital social. Com isso, reafirmamos mais uma vez nosso compromisso de remunerar o capital social dos associados em 100% da Selic, taxa máxima permitida pela legislação vigente.

Os valores remanescentes serão incorporados aos fundos estatutários previstos no Estatuto Social e distribuídos após a deliberação da assembleia, proporcionalmente à movimentação financeira de cada associado.

Além disso, em relação ao ano anterior, nossas operações de crédito evoluíram 25,01%, os depósitos cresceram 7,13% e o patrimônio líquido registrou um aumento de 11,94% e alcançou a marca de R\$ 24,4 milhões. Toda essa evolução culminou em um crescimento dos ativos na ordem de 9,75%, que encerrou o exercício com R\$ 64,61 milhões.

Porém, você associado, deve estar se perguntando, se as cooperativas são entidades sem fins lucrativos,

por que comemorar a evolução dos resultados financeiros? Primeiramente, porque 70% do resultado volta para o associado gerando riqueza para as comunidades onde os mesmos estão inseridos.

Também é por meio do resultado positivo que a cooperativa consegue investir em tecnologia, infraestrutura, melhorias nos produtos e serviços e, principalmente, ter recursos para fomentar as atividades e anseios dos associados e os projetos sociais.

E, no social, comemoramos ótimos resultados também. Tivemos em 2021 um total de 1.959 atendimentos à conta e à saúde dos associados e 64 visitas domiciliares, renovando nosso propósito de promover justiça financeira e prosperidade a todos que fazem parte da cooperativa.

Para nós da Sicoob Cred Copercana, acostumados com o calor humano e a estamos próximos dos cooperados, 2021 foi um ano difícil como o ano de 2020. Como serviço essencial, mantivemos as portas abertas, seguindo todos os protocolos de saúde exigidos pelos órgãos competentes e atendendo nossos cooperados com a presteza e o respeito de sempre.

Agradecemos cada funcionário, cada parceiro de negócios e, de modo particular, a cada associado pela participação e confiança depositada na cooperativa. Seguiremos juntos, acreditando que unidos em cooperação nossos projetos ganham forma e nossos sonhos se tornam realidade. 5



O planejamento estratégico é uma forma de estruturar e definir caminhos a serem seguidos pela Cooperativa. No planejamento estratégico analisa-se o ambiente interno da Cooperativa e o ambiente externo (conjuntura econômica, ações governamentais etc.), define-se objetivos a alcançar e elabora-se o plano de estratégia que mostrará uma visão clara e objetiva de onde a Cooperativa está e para onde ela deseja ir.

Alguns objetivos a serem focados pela Sicoob Cred Copercana:

- Ampliar os resultados (sobras) da cooperativa;
- Aumentar o envolvimento e participação dos cooperados com a cooperativa;
- Crescer a base de movimentação com a Sicoob Cred Copercana, tendo em vista que, quanto maior for a movimentação financeira do associado maior será sua remuneração em sobras;
- Disseminar valores e manter a competitividade do cooperativismo de crédito frente ao mercado financeiro.

Diante disso foi elaborado pelo Conselho de Administração as metas da Sicoob Cred Copercana para o período de 2020 a 2022, as quais são demonstradas:



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

	2019	2020	2021	2022
Capital Social	17.858.258,01	20.536.996,71 15%	23.617.546,22 15%	27.160.178,15 15%
Depósitos (à vista + a prazo)	30.106.236,28	34.622.171,72 15%	39.815.497,48 15%	45.787.822,10 15%
Operações de Crédito	14.842.408,86	17.068.770,19 15%	23.932.209,40 15%	22.573.448,57 15%
Sobras Brutas	1.434.352,80	1.649.505,72 15%	1.298.219,86 15%	2.181.471,31 15%
Índice de Eficiência*	51,56%	50,00%	49,00%	48,00%
Índice de Inadimplência	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%

- Para meta de operações de crédito, por já ter sido cumprida em novembro/21, para 2022 foi utilizado 20% de incremento com o objetivo de manter o desafio de crescimento.
- A meta de sobras de 2022 foi dada pela planilha de orçamento, com base nas projeções patrimoniais e de resultado.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Introdução

Senhores Cooperados,

Submetemos à apreciação de V.s.as demonstrações contábeis do exercício de 2021 da Sicoob Cred Copercana Cooperativa de Crédito – Sicoob Cred Copercana, na forma da Legislação em vigor.

Benefícios Financeiros

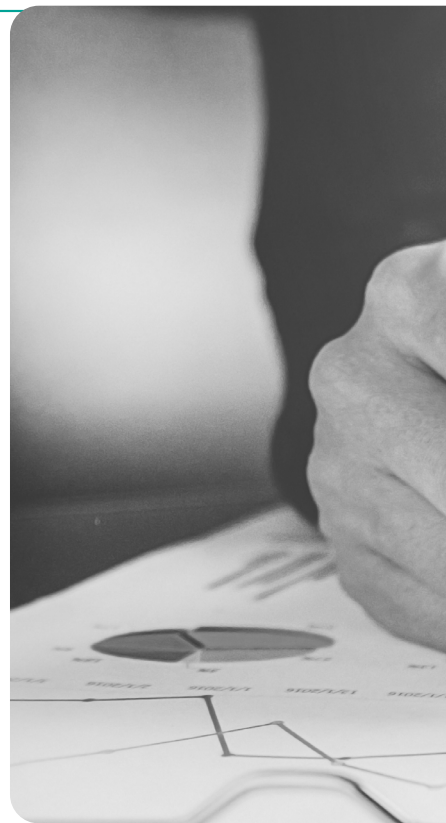
Indicamos a seguir os benefícios financeiros que a Sicoob Cred Copercana proporcionou aos seus cooperados de maneira direta e indireta.

	(Valores em Reais)
Economia na Cobrança de tarifas (pacote de R\$ 30,00* x R\$ 12,00)	526.422,00
Ganho maior na aplicação (diferença entre poupança x CDI)	521.600,00
Benefícios das Sobras do exercício com juros pagos sobre o capital	1.385.460,00
Manutenção de Cartão de Crédito	184.104,00
Diferença tarifa de emissão de TED/DOC (tarifa R\$ 16,00* x R\$ 6,00)	71.607,00

Total

2.689.193,00

* Valor médio cobrado pelos Bancos | Fonte: Banco Central do Brasil





Atendimentos feitos pela equipe social da Sicoob Cred Copercana

Durante o exercício de 2021, foram realizados os seguintes atendimentos:

Atendimentos à Saúde do Associado	1.286
Atendimentos à Saúde da Família do Associado	673
Visitas Domiciliares	64

1. Registros Legais

Registro no CNPJ sob n.º 64.739.121/0001-32;

Nire da Sede | 35400018810;

Certificado de autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil sob n.º 64.739.121;

Registro na Jucesp | Inscrição Inicial sob n.º 35400018810 em 17 de outubro de 1990;

Registro na Jucesp | AGO 07/04/2021 | Último Registro sob n.º 299.978/21-7 em 25/06/2021;

Registro na Jucesp | AGE 22/09/2021 | Último Registro sob n.º 660.313/21-2 em 22/12/2021.

Inscrição na Ocesp sob n.º 981;

Inscrição na Cecresp sob n.º 150.

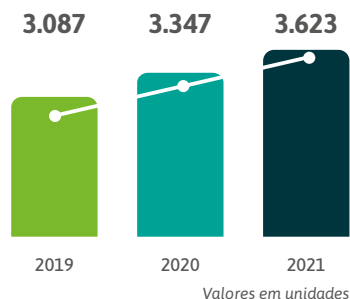
2. Movimento Geral do Exercício

2.1. Política Operacional

Em 2021 a Sicoob Cred Copercana completou 32 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

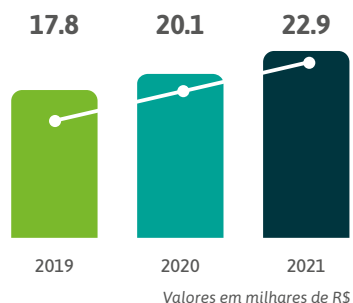
2.2. Quadro Social

Durante o exercício de 2021 foram admitidos 500 (quinhentos) cooperados, tendo ocorrido 224 (duzentos e vinte e quatro) demissões.



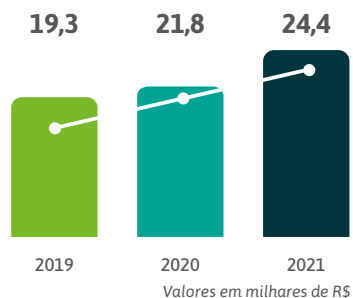
2.3. Capital Social

O Capital Social que era de R\$ 20.189.041,08 (vinte milhões, cento e oitenta e nove mil, quarenta e um reais, oito centavos) em 31/12/2020, passou a ser de R\$ 22.902.169,74 (vinte e dois milhões, novecentos e dois mil, cento e sessenta e nove reais, setenta e quatro centavos) em 31/12/2021, o que demonstra um crescimento de 13,44%.



2.4. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido que era de R\$ 21.802.625,01 (vinte e um milhões, oitocentos e dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais, um centavo) em 31/12/2020, passou a ser de R\$ 24.405.914,88 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e cinco mil, novecentos e quatorze reais, oitenta e oito centavos) em 31/12/2021, o que demonstra um crescimento de 11,94%.



2.5. Pessoal

No exercício de 2021 houve admissão de 5 funcionários, demissão de 5 funcionários. Hoje a Sicoob Cred Copercana conta com 2 diretores, 11 funcionários registrados em folha de pagamento, 1 estagiário, 1 menor aprendiz, 2 empresas de consultoria contábil e administrativa e 1 empresa de vigilância.

2.6. Aquisição de Imobilizado

No exercício de 2021 houve aquisição de imobilizado no valor total de R\$ 23.846,20 (vinte e três mil, oitocentos e quarenta e seis reais, vinte centavos) e houve baixa de imobilizado no valor total de R\$ 502,64 (quinhentos e dois reais, sessenta e quatro centavos).

2.7. Fundos Especiais

No encerramento do balanço em 31/12/2021, as contas abaixo apresentavam os seguintes saldos:

Sociais e Estatutárias	1.070.706,73
Fundo de Reserva	1.358.131,08

2.8. Taxas Recebidas (integralização de capital)

Conforme o Artigo 24 do Estatuto Social, recebemos durante o ano de 2020 de nossos cooperados para integralização de Capital o valor total de R\$ 3.130.804,42 (três milhões, cento e trinta mil, oitocentos e quatro reais, quarenta e dois centavos).

2.9. Operações de Crédito

Política de Crédito: A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

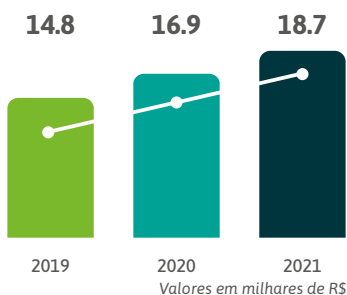
A Sicoob Cred Copercana adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 79,40% (R\$ 19.788.151,12) nos níveis de "AA a C".

No exercício de 2021, foram efetuadas as seguintes operações:

Produto	VALOR	Qtde.	Valor
Cred Adiantamento	1.547.513,24	255	8,23%
Cred Aplicação	340.635,09	18	1,81%
Cred Auto - Empréstimo	127.441,86	8	0,68%
Cred Construção	2.639.499,24	37	14,04%
Cred Imóvel	1.467.202,76	7	7,81%
Cred Lar	239.082,48	27	1,27%
Cred Social	106.315,79	10	0,57%
Crédito Pessoal	4.876.910,43	1.027	25,95%
Crédito Pessoal F. de Limites	3.376.217,83	1.228	17,96%
Repac C Pessoal	1.481.227,46	109	7,88%
Veículos Novos	680.395,79	22	3,62%
Veículos Usados	1.912.777,07	74	10,18%
Total	18.795.219,04	2.822	100,00%

(Valores em Reais)

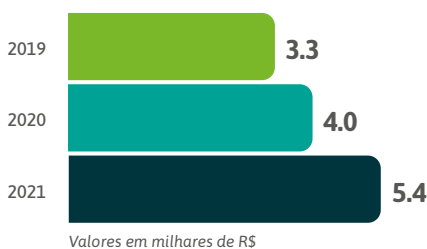
Gráfico Operações de Crédito



2.10. Depósitos

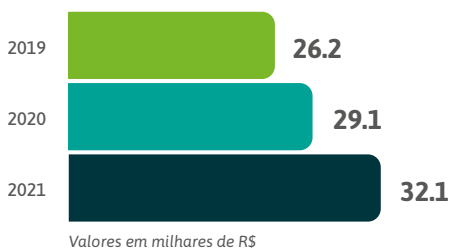
a) Depósitos à Vista: Durante o ano de 2021, o saldo médio de depósitos à vista foi de R\$ 5.442.105,92 (cinco milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e cinco reais, noventa e dois centavos).

Gráfico Depósitos à Vista | Saldo Médio



b) Depósitos a Prazo e LCI: O saldo médio de aplicações dos cooperados durante o ano de 2021 foi de R\$ 32.129.267,26 (trinta e dois milhões, cento e vinte e nove mil, duzentos e sessenta e sete reais, vinte e seis centavos).

Gráfico Depósitos a Prazo e LCI | Saldo Médio



c) As captações, no total de R\$ 37.063.608,95 (trinta e sete milhões, sessenta e três mil, seiscentos e oito reais, noventa e cinco centavos), apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período de do exercício anterior de 7,13%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

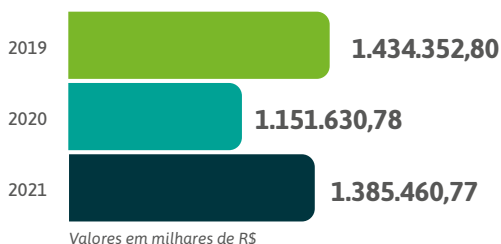
Depósitos à vista	R\$ 4.375.693,29	11,81%
Depósitos a prazo e LCI	R\$ 32.687.915,66	88,19%

Os vinte maiores depositantes representavam na data base de 31/12/2021, o percentual de 40,44% da captação, no montante de R\$ 14.717.228,38 (quatorze milhões, setecentos e dezessete mil, duzentos e vinte e oito reais, trinta e oito centavos)

2.11. Sobras do Exercício

Sobras do Exercício	1.240.737,79
Pagamento de Juros ao Capital	(944.149,19)
Distribuição para Fundos Estatutários	(270.756,52)
Reversão de Dispendio de Fates	144.722,98
Sobras a Disposição da AGO	170.555,06

Gráfico Sobras Exercício



3. Assembleias Gerais

Durante o exercício foi realizada Assembleia Geral Ordinária em 07 de abril de 2021, que aprovou a prestação de contas da administração, parecer da auditoria externa e do conselho fiscal relativo ao exercício de 2020, destinação das sobras líquidas, eleição do Conselho Fiscal até AGO de 2024, aplicação do Fates e assuntos de interesse geral. Também foi realizada Assembleia Geral Extraordinária em 22 de setembro de 2021, que aprovou a reforma ampla do Estatuto Social.

4. Reuniões do Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Mensalmente realizam-se reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva para conferências de valores realizados no mês anterior como: aplicação no mercado financeiro, depósitos à vista (conta corrente), política de empréstimos, ratificação dos empréstimos liberados, ratificação das entradas e saídas do quadro associativo, novos tipos de prestações de serviços aos cooperados, aprimoramento e melhorias dos serviços já prestados e demais assuntos de interesses da Cooperativa e de seus cooperados.

5. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui um Agente de Controles e Riscos, cujo serviços são prestados pela Sicoob Central Cecresp, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Conselho Fiscal

Eleito a cada 3 anos, com mandato até AGO de 2024, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2021, todos os membros efetivos do Conselho Fiscal participaram de curso de formação, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

7. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da Sicoob Cred Copercana aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob - Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

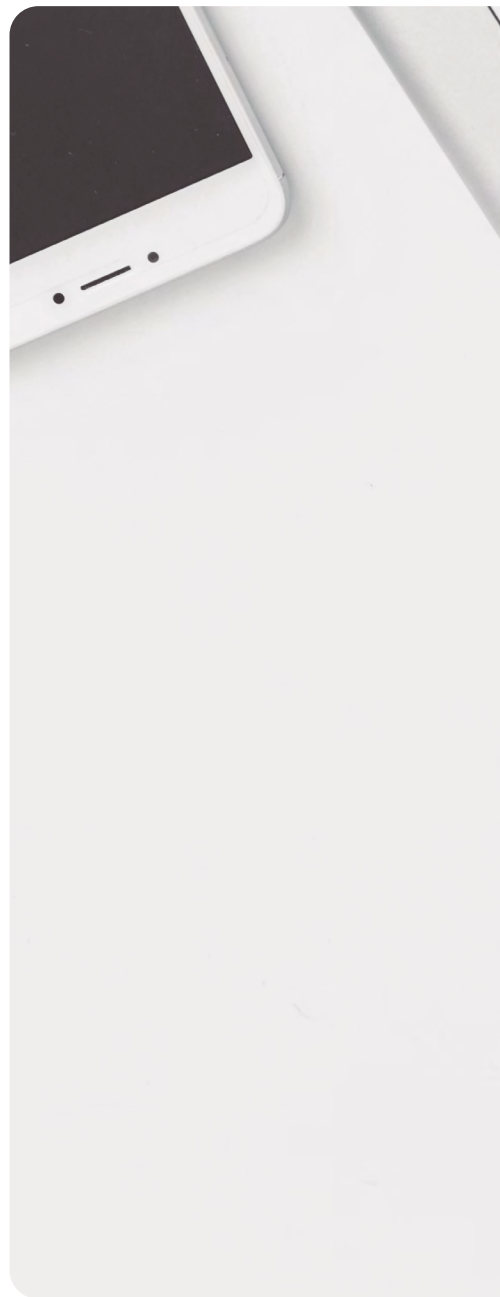
8. Sistema de Ouvidoria

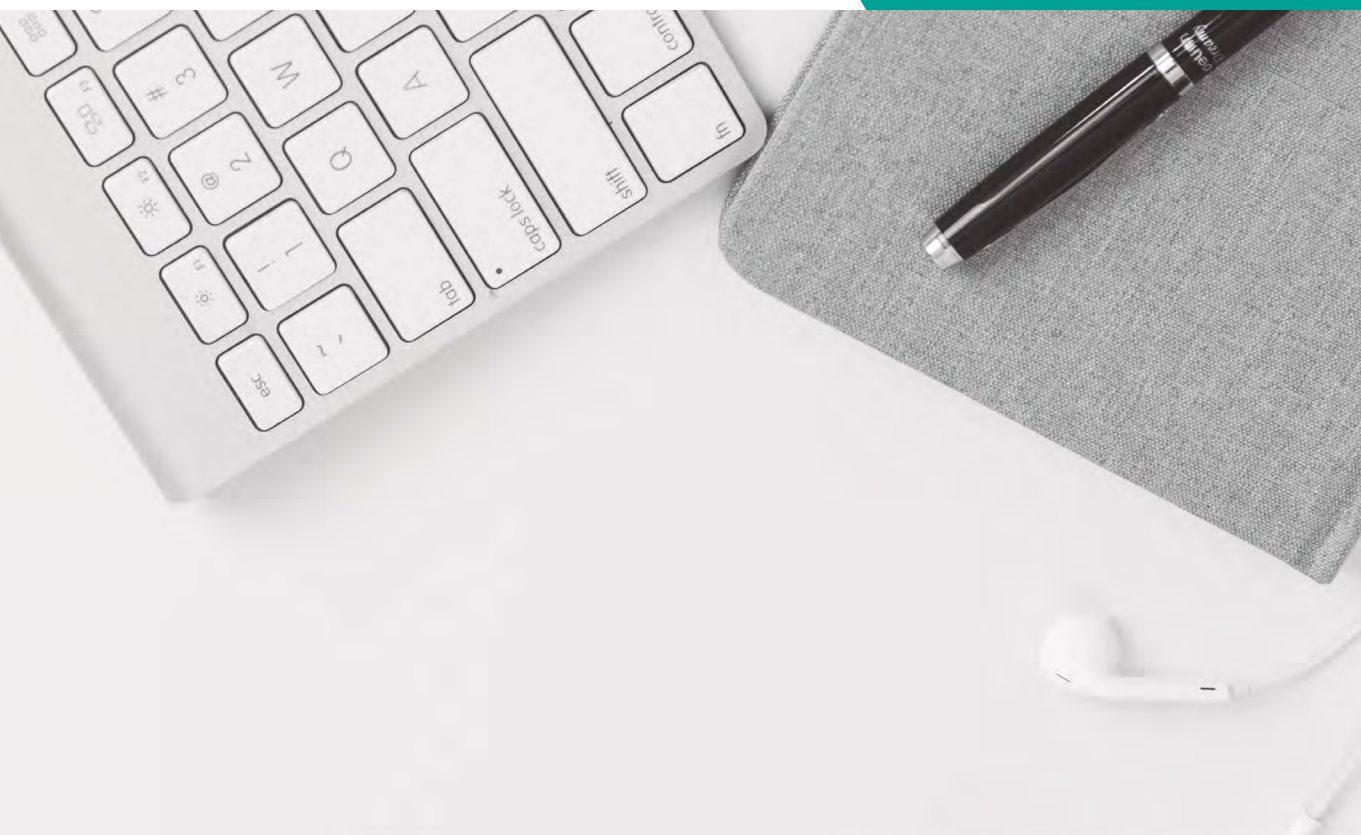
A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do Sicoob, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS





- Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e de 2021
- Demonstração de Sobras e Perdas
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração do Fluxo De Caixa
- Notas Explicativas do Balanço

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2021 (Valores em Reais)

ATIVO	Notas	2021	2020
DISPONIBILIDADES	4	51.187,61	65.676,64
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		63.270.739,09	58.271.218,71
Títulos e Valores Mobiliários	5	36.516.461,58	36.625.427,40
Relações Interfinanceiras		250.592,61	255.899,64
Centralização Financeira	4	250.592,61	255.899,64
Operações de Crédito	6	24.925.787,99	19.939.393,37
Outros Ativos Financeiros	7	1.577.896,91	1.450.498,30
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(1.977.834,18)	(1.376.042,98)
(-) Operações de Crédito	6	(1.941.080,38)	(1.343.432,30)
(-) Outras	7.1	(36.753,80)	(32.610,68)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	7	6.290,87	2.860,04
OUTROS ATIVOS	7	44.980,58	61.131,59
INVESTIMENTOS	8	3.047.244,08	1.666.746,52
IMOBILIZADO DE USO	9	310.030,08	286.686,52
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	9	(136.578,08)	(104.585,16)
TOTAL DO ATIVO		64.616.060,05	58.873.691,88
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		64.616.060,05	58.873.691,88
DEPÓSITOS	10	34.575.088,34	34.598.440,43
Depósitos à Vista		4.375.693,29	4.167.285,81
Depósitos à Prazo		30.199.395,05	30.431.154,62
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.509.921,62	68,93
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	11	2.488.520,61	-
Outros Passivos Financeiros	12	21.401,01	68,93
PROVISÕES	14a e 14b	1.606.671,83	1.461.131,96
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	15	71.498,70	51.382,68
OUTROS PASSIVOS	16	1.446.964,68	960.042,87
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.405.914,88	21.802.625,01
CAPITAL SOCIAL	17a	22.877.228,74	20.175.976,08
RESERVAS DE SOBRAS	17b	1.358.131,08	1.320.095,10
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	17d	170.555,06	306.553,83
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		64.616.060,05	58.873.691,88

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2021 (Valores em Reais)

	Notas	2º sem 2021	12/2021	12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20	3.300.302,15	5.518.540,94	4.027.307,18
Operações de Crédito		2.092.779,13	3.838.307,86	3.037.800,22
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.207.523,02	1.680.233,08	989.506,96
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21	(1.645.526,88)	(2.300.154,64)	(1.182.315,33)
Operações de Captação no Mercado		(1.018.410,89)	(1.447.517,73)	(829.261,70)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(627.115,99)	(852.636,91)	(353.053,63)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.654.775,27	3.218.386,30	2.844.991,85
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(767.231,20)	(1.787.063,30)	(1.656.115,98)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	22	312.872,01	591.466,98	549.999,29
Rendas de Tarifas	23	218.015,89	433.912,20	436.570,12
Dispêndios e Despesas de Pessoal	24	(749.276,57)	(1.486.658,67)	(1.475.223,65)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	25	(757.922,92)	(1.520.079,14)	(1.446.605,50)
Dispêndios e Despesas Tributárias	27	(15.896,26)	(39.662,61)	(34.490,43)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	26	307.516,03	459.989,90	337.618,43
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	27	(82.539,38)	(226.031,96)	(23.984,24)
PROVISÕES	28	(65.588,89)	(83.448,15)	(5.792,99)
Provisões/Reversões para Contingências		(13.856,56)	(14.856,56)	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(51.732,33)	(68.591,59)	(5.792,99)
RESULTADO OPERACIONAL		821.955,18	1.347.874,85	1.183.082,88
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	29	-	-	16.000,00
Outras Rendas Não Operacionais		-	-	16.000,00
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		821.955,18	1.347.874,85	1.199.082,88
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	(616,88)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		-	-	(616,88)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(57.526,24)	(107.137,06)	(46.835,22)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		764.428,94	1.240.737,79	1.151.630,78
JUROS AO CAPITAL	19	(944.149,19)	(944.149,19)	(513.163,32)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		(179.720,25)	296.588,60	638.467,46
DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS			(270.756,52)	(331.913,63)
Fates atos não cooperativos	18		(259.685,62)	(200.533,42)
Fundo de Reserva	17-d		(7.380,60)	(87.586,81)
Fates	17-d		(3.690,30)	(43.793,40)
REVERSÃO DE DISPÊNDIOS DE FATES	17-d		144.722,98	0,00
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	17-d		170.555,06	306.553,83

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2021 (Valores em Reais)

Saldos em 31/12/2019	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS / PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
	17.869.613,01	(11.355,00)	1.232.508,29	232.030,22	19.322.796,52
DESTINAÇÕES DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR:					
Distribuição de sobras para associados	447,41	0,00	0,00	(232.030,22)	(231.582,81)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	2.826.805,59	(1.710,00)	0,00	0,00	2.825.095,59
Por Devolução (-)	(1.004.765,57)	0,00	0,00	0,00	(1.004.765,57)
Estorno de Capital	(510,00)	0,00	0,00	0,00	(510,00)
Sobras ou Perdas do Período	0,00	0,00	0,00	1.151.630,78	1.151.630,78
REMUNERAÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	(513.163,32)	(513.163,32)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	497.450,64	0,00	0,00	0,00	497.450,64
DESTINAÇÕES DAS SOBRAS DO PERÍODO:					
Fundo de Reserva	0,00	0,00	87.586,81	(87.586,81)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	(43.793,40)	(43.793,40)
FATES - Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	(200.533,42)	(200.533,42)
Saldos em 31/12/2020	20.189.041,08	(13.065,00)	1.320.095,10	306.553,83	21.802.625,01
DESTINAÇÕES DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR:					
Distribuição de sobras para associados	0,00	0,00	0,00	(245.243,07)	(245.243,07)
Fundo de Reserva	0,00	0,00	30.655,38	(30.655,38)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	(30.655,38)	(30.655,38)
MOVIMENTAÇÃO DE CAPITAL:					
Por Subscrição/Realização	3.130.804,42	(11.876,00)	0,00	0,00	3.118.928,42
Por Devolução (-)	(1.326.633,82)	0,00	0,00	0,00	(1.326.633,82)
Reversões de Fundos	0,00	0,00	0,00	144.722,98	144.722,98
Sobras ou Perdas do Período	0,00	0,00	0,00	1.240.737,79	1.240.737,79

REMUNERAÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	(944.149,19)	(944.149,19)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	908.958,06	0,00	0,00	0,00	908.958,06
DESTINAÇÕES DAS SOBRAS DO PERÍODO:					
Fundo de Reserva	0,00	0,00	7.380,60	(7.380,60)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	(3.690,30)	(3.690,30)
FATES - Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	(259.685,62)	(259.685,62)
Saldos em 31/12/2021	22.902.169,74	(24.941,00)	1.358.131,08	170.555,06	24.405.914,88
Saldos em 30/06/2021	20.987.124,00	(16.829,00)	1.350.750,48	476.308,85	22.797.354,33
MOVIMENTAÇÃO DE CAPITAL:					
Por Subscrição/Realização	1.601.693,62	(8.112,00)	0,00	0,00	1.593.581,62
Por Devolução (-)	(595.605,94)	0,00	0,00	0,00	(595.605,94)
Reversões de Fundos	0,00	0,00	0,00	144.722,98	144.722,98
Sobras ou Perdas do Período	0,00	0,00	0,00	764.428,94	764.428,94
REMUNERAÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	(944.149,19)	(944.149,19)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	908.958,06	0,00	0,00	0,00	908.958,06
DESTINAÇÕES DAS SOBRAS DO PERÍODO:					
Fundo de Reserva	0,00	0,00	7.380,60	(7.380,60)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	(3.690,30)	(3.690,30)
FATES - Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	(259.685,62)	(259.685,62)
Saldos em 30/06/2021	20.987.124,00	(16.829,00)	1.350.750,48	476.308,85	22.797.354,33

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2021 (Valores em Reais)

	Notas	2021	2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	764.428,94	1.240.737,79	1.151.630,78
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	764.428,94	1.240.737,79	1.151.630,78

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2021 (Valores em Reais)

	2º sem 2021	12/2021	12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	821.955,18	1.347.874,85	1.199.082,88
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	-	-	(32.770,83)
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(7.277,96)	(19.277,55)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	627.115,99	597.648,08	353.053,63
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	51.732,33	68.591,59	5.792,99
Provisões/Reversões para Contingências	13.856,56	14.856,56	-
Depreciações e Amortizações	16.307,04	32.495,56	30.575,18
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	1.530.967,10	2.054.188,68	1.536.456,30
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	(406.324,12)	108.965,82	(2.184.006,96)
Operações de Crédito	(668.006,99)	(4.986.394,62)	(5.300.834,96)
Outros Ativos Financeiros	(104.526,03)	(123.255,49)	(62.353,59)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(1.900,48)	(3.430,83)	(1.836,08)
Outros Ativos	(35.666,20)	16.151,01	(39.225,22)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista	(865.884,84)	208.407,48	479.038,21
Depósitos à Prazo	(1.338.807,80)	(231.759,57)	4.013.165,94
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	1.922.388,39	2.488.520,61	-
Outros Passivos Financeiros	(20.422,29)	21.332,08	(7.229,01)
Provisões	52.489,08	62.091,72	20.566,33
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	30.542,00	20.116,02	(29.151,75)
Outros Passivos	(661.337,63)	(564.364,44)	(346.943,48)
FATES - Atos Cooperativos	(3.690,30)	(34.345,68)	(43.793,40)
FATES - Atos Não Cooperativos	(259.685,62)	(259.685,62)	(200.533,42)
Contribuição Social	-	-	(616,88)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(829.865,73)	(1.223.462,83)	(2.167.297,97)

	2º sem 2021	12/2021	12/2020
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos	-	7.277,96	19.277,55
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	-	-	32.770,83
Aquisição de Imobilizado de Uso	(10.828,10)	(23.846,20)	(41.452,00)
Aquisição de Investimentos	(1.028.084,83)	(1.380.497,56)	(215.846,46)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(1.038.912,93)	(1.397.065,80)	(205.250,08)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.593.581,62	3.118.928,42	2.825.095,59
Devolução de Capital à Cooperados	(595.605,94)	(1.326.633,82)	(1.004.765,57)
Estorno de Capital	-	-	(510,00)
Distribuição de sobras para associados	-	(245.243,07)	(231.582,81)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	908.958,06	908.958,06	497.450,64
Reversões de Fundos	144.722,98	144.722,98	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(1.038.912,93)	(1.397.065,80)	(205.250,08)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.038.912,93)	(1.397.065,80)	(205.250,08)
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	118.902,16	321.576,28	608.436,48
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	301.780,22	301.780,22	321.576,28
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	182.878,06	(19.796,06)	(286.860,20)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SICOOB CRED COPERCANA COOPERATIVA DE CRÉDITO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SICOOB CRED COPERCANA COOPERATIVA DE CRÉDITO - SICOOB CRED COPERCANA é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 13/11/1989, filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A SICOOB CRED COPERCANA, sediado à RUA AUGUSTO ZANINI, Nº 1559, JARDIM SUMARÉ, SERTÃOZINHO - SP.

A SICOOB CRED COPERCANA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 07 de fevereiro de 2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÃO

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro

contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS E EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 “NOVO CORONAVÍRUS”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A SICOOB CRED COPERCANA COOPERATIVA DE CRÉDITO junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

A SICOOB CRED COPERCANA COOPERATIVA DE CRÉDITO, visando administrar e conter os efeitos da crise, tomou diversas providências, das quais destacam-se:

Campanha constante sobre o uso contínuo e correto de máscara dentro e fora da cooperativa;

Campanha constante sobre a necessidade de higienização pessoal e de utensílios e equipamentos;

Disponibilização de copos descartáveis para consumo de água, café e similares nas dependências da cooperativa, evitando o contato de garrafas com os bebedouros;

Disponibilização de totem de álcool em gel em locais estratégicos da Cooperativa;

Disponibilização de dispenser de álcool em gel e álcool 70% nas estações de trabalho e em ambientes de uso comum da Cooperativa;

Aferição de temperatura dos colaboradores e cooperados quando da existência de decretos municipais; Conscientização dos gestores e colaboradores quanto a necessidade procurar ajuda médica no caso de sintomas gripais e/ou COVID-19;

Aplicação de testes de identificação da COVID-19 em colaboradores que tiveram contato com colegas de trabalho que positivaram e estavam em seus ambientes de trabalho;

Acompanhamento diário junto aos colaboradores que positivaram para COVID-19;

Disponibilização de psicólogo para atendimento dos colaboradores acometidos pela doença;

Realização de sanitização na Cooperativa.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECRESP e ações do BANCO SICOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

n) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

o) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

p) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018).

Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

w) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários (a)	51.187,61	65.676,64
Relações interfinanceiras - centralização financeira	250.592,61	255.899,64
TOTAL	301.780,22	321.576,28

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECRESP conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	circulante	circulante
RDC Pós Fixado	26.104.994,83	36.625.427,40
Cotas de Fundo de Renda Fixa (a)	10.411.466,75	0,00
TOTAL	36.516.461,58	36.625.427,40

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no SICOOB CENTRAL CECRESP, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Títulos de Renda Fixa	796.056,27	1.268.766,33	989.506,96
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	411.466,75	411.466,75	0,00
TOTAL	1.207.523,02	1.680.233,08	989.506,96

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	circulante	não circulante	Total	circulante	não circulante	Total
Empréstimos e Tít. Descontados	5.962.975,74	8.490.982,04	14.453.957,78	4.377.339,78	6.672.709,52	11.050.049,30
Financiamentos	2.409.393,53	8.062.436,68	10.471.830,21	2.367.619,91	6.521.724,16	8.889.344,07
Total de Operações de Crédito	8.372.369,27	16.553.418,72	24.925.787,99	6.744.959,69	13.194.433,68	19.939.393,37
(-) Provisões Operações Crédito	(657.324,10)	(1.283.756,28)	(1.941.080,38)	(421.776,99)	(921.655,31)	(1.343.432,30)
TOTAL	7.715.045,17	15.269.662,44	22.984.707,61	6.323.182,70	12.272.778,37	18.595.961,07

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	878.120,93	261.557,90	1.139.678,83		3.918.741,26	
A	0,5%	Normal	5.418.313,97	6.564.367,02	11.982.680,99	(59.913,40)	6.884.736,31	(34.423,68)
B	1%	Normal	2.032.684,29	1.352.582,80	3.385.267,09	(33.852,67)	2.294.589,50	(22.945,90)
B	1%	Vencidas	38.710,98	0,00	38.710,98	(387,11)	25.836,45	(258,36)
C	3%	Normal	2.040.565,59	1.187.639,10	3.228.204,69	(96.846,67)	3.353.619,32	(100.608,58)
C	3%	Vencidas	13.608,54	0,00	13.608,54	(408,26)	46.238,82	(1.387,16)
D	10%	Normal	1.837.138,85	717.032,37	2.554.171,22	(255.417,12)	1.538.920,85	(153.892,58)
D	10%	Vencidas	29.163,12	21.451,16	50.614,28	(5.061,43)	86.339,86	(8.633,99)
E	30%	Normal	513.260,88	142.005,34	655.266,22	(196.579,87)	703.340,26	(211.002,08)
E	30%	Vencidas	85.750,19	0,00	85.750,19	(25.725,06)	60.989,62	(18.296,89)
F	50%	Normal	754.614,70	102.297,62	856.912,32	(428.456,16)	231.246,93	(115.623,47)
F	50%	Vencidas	92.377,63	17.004,14	109.381,77	(54.690,89)	94.544,99	(47.272,50)
G	70%	Normal	127.540,20	0,00	127.540,20	(89.278,14)	163.673,00	(114.571,10)
G	70%	Vencidas	11.790,25	0,00	11.790,25	(8.253,18)	73.533,98	(51.473,79)
H	100%	Normal	263.003,40	101.175,78	364.179,18	(364.179,18)	370.423,45	(370.423,45)
H	100%	Vencidas	317.314,26	4.716,98	322.031,24	(322.031,24)	92.618,77	(92.618,77)
Total Normal			13.865.242,81	10.428.657,93	24.293.900,74	(1.524.522,68)	19.459.290,88	(1.123.490,84)
Total Vencidos			588.714,97	43.172,28	631.887,25	(416.557,70)	480.102,49	(219.941,46)
Total Geral			14.453.957,78	10.471.830,21	24.925.787,99	(1.941.080,38)	19.939.393,37	(1.343.432,30)
Provisões			(1.577.109,90)	(363.970,48)	(1.941.080,38)		(1.343.432,30)	
Total Líquido			12.876.847,88	10.107.859,73	22.984.707,61		18.595.961,07	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	2.070.192,94	3.892.782,80	8.490.982,04	14.453.957,78
Financiamentos	678.526,89	1.730.866,64	8.062.436,68	10.471.830,21
TOTAL	2.748.719,83	5.623.649,44	16.553.418,72	24.925.787,99

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	3,20	0,00	3,20	0,00%
Pessoa Física	14.453.954,58	10.471.830,21	24.925.784,79	100,00%
TOTAL	14.453.957,78	10.471.830,21	24.925.787,99	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(1.343.432,30)	(1.216.575,33)
Constituições	(1.905.428,20)	(1.208.715,80)
Transferência para prejuízo no período	206.349,81	203.582,08
Reversões de prejuízo	1.101.430,31	878.276,75
TOTAL	(1.941.080,38)	(1.343.432,30)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	1.886.145,64	8,00%	1.381.700,79	7,00%
10 Maiores Devedores	5.869.101,01	24,00%	4.177.785,26	21,00%
50 Maiores Devedores	9.512.456,24	38,00%	7.076.823,45	35,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	518.730,79	375.045,48
Valor das operações transferidas no período	250.845,71	211.161,54
Valor das operações recuperadas no período	(181.245,13)	(67.476,23)
TOTAL	588.331,37	518.730,79

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão de perdas foi registrada em contrapartida de "Receitas de Operações de Crédito" (nota explicativa nº 20).

h) Operações renegociadas:

Em 31 de dezembro de 2021 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 1.467.296,30, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	41.946,04	0,00	38.210,72	0,00
Rendas a Receber (b)	58.162,48	0,00	0,00	0,00
Diversos (c)	12.802,49	1.464.985,90	73.385,03	1.402.894,18
Total	112.911,01	1.464.985,90	47.604,12	1.402.894,18

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo BANCO SICOOB, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 1.065,94), Rendas de Cartões (R\$ 52.481,24) Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central e outros (R\$ 4.615,30);

(c) Em Diversos estão registrados, Devedores por Depósitos em Garantia (R\$ 1.464.985,90), Títulos e Créditos a Receber (12.802,49).

7.1 PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO RELATIVAS A OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	circulante	circulante
(-) Provisão Para Outros Créditos	(36.753,80)	(32.610,68)
TOTAL	(36.753,80)	(32.610,68)

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
E	30%	Vencidas	6.306,41	6.306,41	(1.891,92)	3.610,34	(1.083,10)
F	50%	Vencidas	573,89	573,89	(286,95)	4.756,26	(2.378,13)
G	70%	Vencidas	1.636,04	1.636,04	(1.145,23)	2.315,66	(1.620,96)
H	100%	Vencidas	33.429,70	33.429,70	(33.429,70)	27.528,46	(27.528,49)
Total Vencidos			41.946,04	41.946,04	(36.753,80)	38.210,72	(32.610,68)
Total Geral			41.946,04	41.946,04	(36.753,80)	38.210,72	(32.610,68)
Provisões			(36.753,80)	(36.753,80)		(32.610,68)	
Total Líquido			5.192,24	5.192,24		5.600,04	

8. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	2.707.994,35	1.366.489,62
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	339.249,73	300.256,90
TOTAL	3.047.244,08	1.666.746,52

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do SICOOB CENTRAL CECRESP e ações do BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB.

(a) O aumento do saldo de investimento de capital na Cecresp refere-se aprovação de capitalização, com objetivo de fortalecimento da central, conforme aprovado em AGE em 2021.

9. IMOBILIZADO DE USO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Móveis e equipamentos de Uso	10%	166.408,13	166.408,13
Sistema de Processamento de Dados	20%	105.621,95	82.278,39
Sistema de Transporte	20%	38.000,00	38.000,00
Total de Imobilizado de Uso		310.030,08	286.686,52
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(122.644,82)	(98.251,86)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(13.933,26)	(6.333,30)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(136.578,08)	(104.585,16)
TOTAL		173.452,00	182.101,36

10. DEPÓSITOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Depósitos à Vista (a)	4.375.693,29	4.167.285,81
Depósitos a Prazo (b)	30.199.395,05	30.431.154,62
TOTAL	34.575.088,34	34.598.440,43

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme

determinação da Resolução CMN nº 4.284/13. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	2.773.661,15	8,00%	3.156.196,18	9,00%
10 Maiores Depositantes	10.425.914,40	31,00%	11.828.304,56	35,00%
50 Maiores Depositantes	21.009.442,72	62,00%	20.324.444,70	60,00%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos a Prazo	(951.793,95)	(1.350.597,26)	(780.084,56)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(39.019,33)	(41.747,96)	0,00
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(27.597,61)	(55.172,51)	(49.177,14)
TOTAL	(1.018.410,89)	(1.447.517,73)	(829.261,70)

11. RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021
	Circulante
LCI – Pós Fixada	2.488.520,61
TOTAL	2.488.520,61

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 21 Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

12. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (a)	20.930,80	68,93
Fornecedores	470,21	0,00
Total	21.401,01	68,93

(a) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito - IOF (R\$ 20.747,15) e Títulos e valores mobiliários (R\$ 183,65).

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A SICOOB CRED COPERCANA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

14. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de provisões estava assim composto:

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	4.030.086,59	2.807.871,23
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	128.329,37	59.737,78

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Avais e Fianças Honrados (a)	1.478.342,46	1.464.985,90	1.401.394,18	1.402.894,18
Rendas a Receber (b)	1.478.342,46	1.464.985,90	1.401.394,18	1.402.894,18

Segundo a assessoria jurídica da SICOOB CRED COPERCANA, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, totalizando R\$ 14.856,56. Essas ações abrangem, basicamente, processos cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDAS

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Fiscais e Previdenciárias	71.498,70	51.382,63
TOTAL	71.498,70	51.382,63

16. OUTROS PASSIVOS

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de outros passivos estava assim composto:

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	circulante	circulante
Fates (a.1)	698.450,22	549.141,90
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	168.782,74	105.321,41
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	139.439,78	132.890,66
Credores Diversos (c)	135.400,13	86.328,68
Provisão para Participações nos Lucros (a.3)	203.473,77	86.360,22
Diversas (d)	101.418,04	0,00
TOTAL	1.446.964,68	960.042,87

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o

desligamento do quadro social;

(a.3) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 85.873,98) e outros (R\$ 53.565,80);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar BANCO SICCOOB (R\$ 129.814,24), outros (R\$ 5.585,89) e diferença de caixa (R\$ 181,20).

(d) Diversas – referem-se a Cheques Administrativos (R\$ 100.000,00) e Conta Salário (R\$ 1.418,04).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	22.877.228,74	20.175.976,08
Associados	3.623	3.347

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social (20%), utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de Reserva	1.358.131,08	1.320.095,10

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 07/04/2021, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da seguinte forma:

Para Fundo de Reserva, no valor de R\$ 30.655,38;

Para Fates, no valor de R\$ 30.655,38;

Para Conta Corrente, no valor de R\$ 245.243,07.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	296.588,60	638.467,46
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(259.685,62)	(200.533,42)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	36.902,98	437.934,04
Destinações estatutárias	(11.070,90)	(131.380,21)
Reserva legal - 20%	(7.380,60)	(87.586,81)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(3.690,30)	(43.793,40)
Reversão dos Dispendios de Fates	144.722,98	0,00
Sobra à disposição da Assembleia Geral	170.555,06	306.553,83

18. RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita de prestação de serviços	272.349,91	210.312,97
Impostos sobre Atos não Cooperativos	(12.664,29)	(9.779,55)
Resultado de Atos não Cooperativos (Lucro Líquido)	259.685,62	200.533,42

19. PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual de 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R\$ 944.149,19. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

20. INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	5.864,82	11.696,44	16.879,14
Rendas de Empréstimos	1.317.615,64	2.349.051,49	1.966.724,12
Rendas de Financiamentos	719.165,37	1.304.457,91	997.202,77
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	50.133,30	173.102,02	56.994,19
Rendas de Títulos de Renda Fixa	796.056,27	1.268.766,33	989.506,96
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimentos	411.466,75	411.466,75	0,00
TOTAL	3.300.302,15	5.518.540,94	4.027.307,18

21. DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas De Captação	(1.018.410,89)	(1.447.517,73)	(829.261,70)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	510.967,86	1.101.430,31	884.274,79
Reversões de Provisões para Outros Créditos	1.837,09	5.142,29	7.106,59
Provisões para Operações de Crédito	(1.104.622,81)	(1.905.428,20)	(1.203.414,51)
Provisões para Outros Créditos	(35.298,13)	(53.781,31)	(41.020,50)
TOTAL	(1.645.526,88)	(2.300.154,64)	(1.182.315,33)

22. INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	14,00	110,10	488,60
Rendas de Outros Serviços	312.858,01	591.356,88	549.510,69
TOTAL	312.872,01	591.466,98	549.999,29

23. RENDAS DE TARIFAS

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	206.440,63	406.535,20	375.483,09
Rendas de Serviços Prioritários – PF	11.299,86	26.898,20	60.413,19
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	275,40	478,80	673,84
TOTAL	218.015,89	433.912,20	436.570,12

24. DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(281.169,00)	(534.600,00)	(371.025,00)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(131.304,68)	(264.660,20)	(484.443,29)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(106.669,86)	(225.484,59)	(201.759,84)
Despesas de Pessoal – Proventos	(228.050,13)	(459.830,98)	(403.977,58)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(2.082,90)	(2.082,90)	(14.017,94)
TOTAL	(749.276,57)	(1.486.658,67)	(1.475.223,65)

25. OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Aluguéis	(8.286,08)	(10.693,85)	(4.264,38)
Despesas de Comunicações	(7.333,30)	(19.128,59)	(13.524,30)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(2.893,97)	(8.875,79)	(1.947,83)
Despesas de Material	(4.631,45)	(7.529,48)	(3.059,27)
Despesas de Processamento de Dados	(88.801,92)	(181.242,14)	(149.910,25)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(7.288,17)	(8.000,97)	(200,00)
Despesas de Publicações	(300,00)	(3.535,00)	(5.900,00)
Despesas de Seguros	(1.398,74)	(3.383,87)	(5.225,84)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(242.393,62)	(476.617,96)	(523.251,21)
Despesas de Serviços de Terceiros	(33.696,04)	(59.930,62)	(43.635,34)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(45.724,74)	(97.884,59)	(79.092,11)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(80.318,96)	(152.726,84)	(136.493,33)
Despesas de Transporte	(555,53)	(1.302,61)	(3.195,80)
Despesas de Depreciação	(16.307,04)	(32.495,56)	(30.575,18)
Outras Despesas Administrativas	(217.993,36)	(456.731,27)	(446.330,66)
TOTAL	(757.922,92)	(1.520.079,14)	(1.446.605,50)

26. OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos	0,00	7.277,96	19.277,55
Outras rendas operacionais	119.465,02	121.381,77	35.574,00
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	188.051,01	331.330,17	249.996,05
Juros ao Capital Recebidos da Central	0,00	0,00	32.770,83
TOTAL	307.516,03	459.989,90	337.618,43

27. OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Outras Despesas Operacionais	(3.673,70)	(29.149,21)	(5.013,17)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(10.790,73)	(19.114,21)	(16.251,50)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(4.443,98)	(6.601,30)	(2.148,47)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	0,00	(444,26)	(571,10)
Perdas – Fraudes Externas	0,00	(26.000,00)	0,00
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(63.630,97)	(144.722,98)	0,00
TOTAL	(82.539,38)	(226.031,96)	(23.984,24)

28. DESPESAS COM PROVISÕES

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para Contingências	(13.856,56)	(14.856,56)	0,00
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(51.732,33)	(68.591,59)	(5.792,99)
TOTAL	(65.588,89)	(83.448,15)	(5.792,99)

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Descrição	31/12/2020
Outras Rendas não Operacionais	16.000,00
TOTAL	16.000,00

30. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

31. PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN n.º 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas em 2021:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	29.314,42	0,1104%	1,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	412.031,70	1,5519%	2.550,68
TOTAL	441.346,12	1,6623%	2.551,68
Montante das Operações Passivas	1.002.138,42	4,5666%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2021:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	2.154,95	104,84	0,71%
Empréstimos	299.599,56	2.304,53	2,11%
Financiamentos	145.447,75	1.258,88	1,38%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	116.803,94	2,69%	0%
Depósitos a Prazo	1.496.258,74	4,95%	0,75%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	126.909,04	5,09%	0,68%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	0,87%	43,23
Financiamentos Rurais – repasses	0,96%	59,78
Aplicação Financeira - Pós Fixada	97,83%	102,50
Letra de Crédito Imobiliário – LCI	2,12%	27,99

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021

CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	1,56%
Aplicações Financeiras	4,56%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos	595.128,78
Financiamentos	474.126,39

e) Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)			BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(281.169,00)	(534.600,00)	(218.025,00)	(371.025,00)

32. COOPERATIVA CENTRAL

A **SICOOB CRED COPERCANA COOPERATIVA DE CRÉDITO - SICOOB CRED COPERCANA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

A **SICOOB CENTRAL CECRESP**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe a **SICOOB CENTRAL CECRESP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A **SICOOB CRED COPERCANA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pela **SICOOB CENTRAL CECRESP** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL CECRESP**:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	250.592,61	255.899,64
Ativo – Investimentos	2.707.994,35	1.366.489,62
Total das Operações Ativas	2.958.586,96	1.622.389,26

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rateio de Despesas da Central	(151.728,06)	(151.728,06)	(130.377,22)
Total das Despesas	(151.728,06)	(151.728,06)	(130.377,22)

33. GERENCIAMENTO DE RISCO

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

33.1 RISCO OPERACIONAL

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

33.2 RISCO DE CRÉDITO

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte.

Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

33.3 RISCO DE MERCADO E VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

33.4 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

33.5 RISCO SOCIOAMBIENTAL

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

33.6 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

33.7 GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho

de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

34. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

35. ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Índice de basileia	44,52%	53,71%

36. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A cooperativa é patrocinadora para seus funcionários e administradores, nas modalidades: auxílio alimentação, auxílio refeição, ajuda de custo, auxílio creche/auxílio babá/filhos excepcionais e deficientes, auxílio funeral, vale transporte, seguro de vida, plano de saúde e odontológico, programa de participação nos resultados, complementação de auxílio-doença previdenciário e auxílio-doença acidentária. As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2021 totalizaram em R\$ 483.954,67 (quatrocentos e oitenta e três mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos).

Sertãozinho/SP, 11 de fevereiro de 2022.

CARLOS HENRIQUE BONIFACIO DA SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

ANTONIO CLÁUDIO RODRIGUES
CONTADOR 1SP181673/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR

INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

*Ao Conselho de Administração, à Administração
e aos Cooperados da Sicoob Cred Copercana
Cooperativa de Crédito - Sicoob Cred Copercana
Sertãozinho - SP*

OPINIÃO

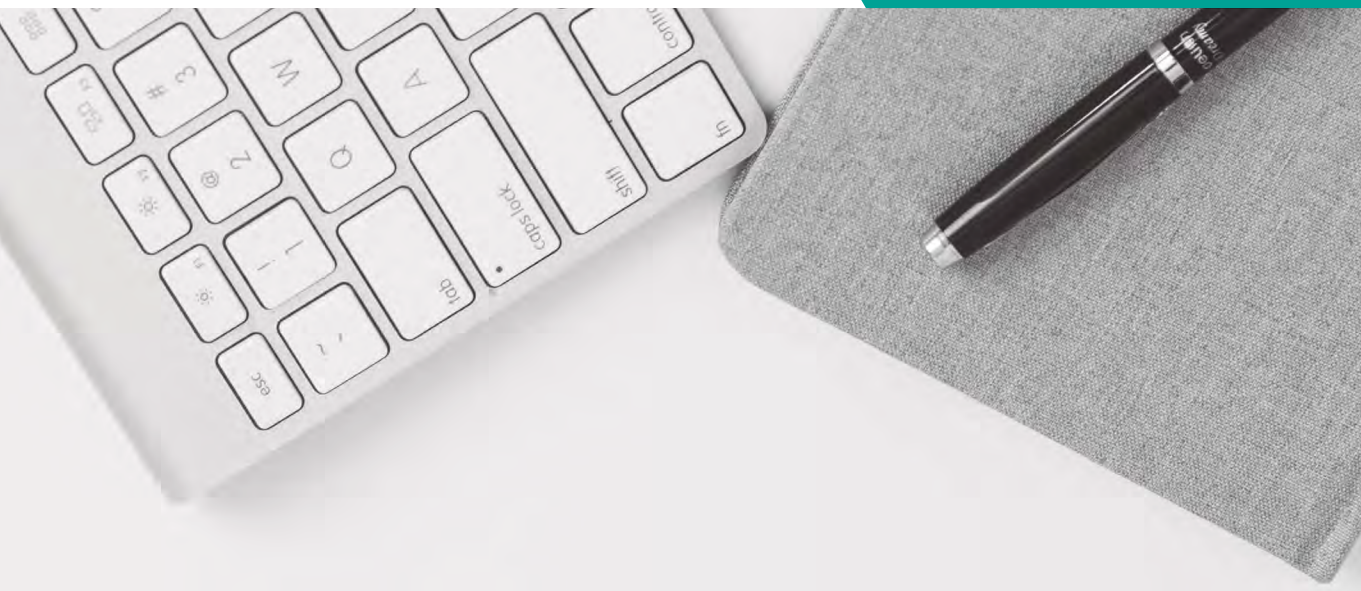
Examinamos as demonstrações contábeis da Sicoob Cred Copercana Cooperativa de Crédito - Sicoob Cred Copercana, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima

referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Cred Copercana, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.





OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central

do Brasil e pelos controles internos que ela **determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres** de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 11 de fevereiro de 2022.



ASSINADO DIGITALMENTE
LUCIANO GOMES DOS SANTOS

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



Luciano Gomes dos Santos
Contador CRC RS 059.628/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros do Conselho Fiscal da Sicoob Cred Copercana Cooperativa de Crédito – Sicoob Cred Copercana, com sede na rua Augusto Zanini, 1559, Jardim Sumaré, Sertãozinho/SP, inscrita no CNPJ 64.739.121/0001-32, nos termos do Estatuto Social e Regimento Interno, tendo examinado as contas e demais documentos, relativo ao período de 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021, com base no Parecer dos Auditores Independentes Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC, emitido em 11/02/2022 e as respectivas notas explicativas sob responsabilidade da administração, declaramos que o presente as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2021 refletem fielmente a escrituração das operações realizadas no âmbito administrativo e operacional e somos de parecer favorável a apreciação e aprovação destas pela Assembleia Geral Ordinária.

Sertãozinho-SP, 09 de março de 2022.

JULIANO DOS SANTOS BOMFIM

JULIANO BORTOLOTI

JULIO GUSTAVO BURIN





EXPEDIENTE



Publicação anual destinada aos associados da **Sicoob Cred Copercana** (Cooperativa de Crédito Mútuo dos Funcionários e Prestadores de Serviço da Cocred – Copercana – Canaoeste).

Assessoria editorial

Planejamento e Marketing Sicoob Cocred

Projeto Gráfico e Diagramação

Fernanda Moraes Paschoalin

Tiragem: 500 Exemplares

Críticas e Sugestões

criticasesugestoes@credcopercana.com.br

Ouvidoria Sicoob: 0800 7250996



